

TENSÕES NA CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ENTREVISTA DE EUSTÁQUIA SALVADORA DE SOUSA¹

Gabriela Fischer Fernandes Corradi²

Resumo

A educação física, enquanto campo de conhecimento, estabeleceu um estreito vínculo com o governo ditatorial que se implantou no Brasil a partir do golpe de 1964. Após a redemocratização, as memórias sobre esse campo foram alvo de tensas disputas que ora reconhecem essa ligação, ora tentam afastá-la. Em Belo Horizonte, essa ligação tornou-se patente pela formação da Escola de Educação Física de Minas Gerais. Nascida da fusão de duas instituições criadas em 1952, a EEFMG (com seus 11 professores militares) foi incorporada à UFMG em outubro de 1969, em meio ao movimento de modernização autoritária materializado pela Reforma Universitária de 1968. Eustáquia Salvadora de Sousa, professora emérita dessa instituição, era estudante do curso de licenciatura em educação física durante o processo de federalização. Posteriormente, tornou-se professora da própria escola e pesquisadora sobre a história do campo. Suas memórias, apresentadas de forma pública em 2018 como parte do projeto “E 68, hein? Memórias públicas de um ano inesquecível”, do Núcleo de História Oral/Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG, são ricas por demonstrarem a complexidade das relações entre este campo de saber e a regime político vigente. Apesar de ser abertamente contrária a toda forma de ataque à democracia, Eustáquia demonstra cautela ao fazer generalizações acerca dos militares. Segundo Sousa, a EEFMG não tinha envolvimento com a política, especialmente com a resistência e ela própria teve bom convívio com alguns militares enquanto seus mestres. Havia uma complexa gama de possibilidades de relações que se construía no cotidiano de um regime autoritário que se estendeu por 21 anos, para além da dicotomia resistência/adesão, como a acomodação. Essas memórias, construídas através de um presente significativo como foi o ano de 2018 para a política brasileira, trazem ricas discussões acerca dos usos políticos do corpo, da educação física e da educação como um todo.

Palavras-chave

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático Esportes, narrativas orais e memória durante o 15º Encontro Regional Sudeste de História Oral: Memória Corpo Mundo. O trabalho foi realizado com apoio do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e bolsa de apoio à pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES.

² Universidade Federal de Minas Gerais. Doutoranda em História e Culturas Políticas na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: gabifischer86@gmail.com.

Ditadura Militar; Educação Física; entrevista pública; memória; UFMG.

Introdução

O presente artigo se debruça sobre um documento específico – a entrevista pública que Eustáquia Salvadora de Sousa concedeu a mim, em 06 de dezembro de 2018. A entrevista fazia parte de um projeto maior desenvolvido pelo Núcleo de História Oral, do Laboratório de História do Tempo Presente (NHO/LHTP) da UFMG, intitulado *E 68, hein? Memórias públicas de um ano inesquecível*. O objetivo do NHO era entrevistar pessoas vivenciaram o emblemático ano de 1968 na cidade de Belo Horizonte. Foi realizada uma entrevista por mês, em formato público para um pequeno grupo que, a partir de ampla divulgação prévia, se inscrevia para cada uma das entrevistas. No final do ano, produziu-se um conjunto de 8 entrevistas, sempre conduzidas por um pesquisador do grupo. Em 2022, o projeto resultou na publicação de um livro – *E 68, hein? Performance narrativa em História Oral* – em que, cada entrevistador analisou, como o título do livro já demonstra, a performance narrativa³ de cada entrevista. No presente texto, o foco da análise sobre a entrevista realizada com Eustáquia será outro.

Um dos critérios adotados para a seleção do entrevistado e a combinação com seu entrevistador era justamente a afinidade temática – apenas em uma entrevista do projeto isso não foi possível. A partir desse critério, chegamos ao nome de Eustáquia para uma entrevista conduzida por mim.

Eustáquia Salvadora de Sousa é professora emérita da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG e é autora de trabalhos referentes à história da educação física, tendo sua tese de doutorado, *Meninos à marcha! Meninos à sombra!* (SOUSA, 1994) como um clássico e uma referência obrigatória para os que estudam a história desse campo em Minas Gerais. Eu fui aluna do curso de educação física da UFMG e, enquanto fui estudante da graduação, estive envolvida com o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF/UFMG) estudando a história da própria escola. Embora tenha interrompido a graduação em educação física e ingressado na de história, também pela UFMG, levei o tema comigo. Durante o projeto *E 68, hein*, desenvolvia minha pesquisa de mestrado

³ O conceito de “performance narrativa” foi proposto por Miriam Hermeto e Gabriela Amato, dois dos organizadores do livro citado, e é definido da seguinte forma: “performance narrativa em história oral é a construção dos significados para o evento, em sua longa duração – entre o acontecido, no passado, e o narrado, no presente –, em interações dialógicas entre diferentes sujeitos/as que compõem o momento da entrevista, por do que nomeamos [...] de articulação entre elementos linguísticos e paralinguísticos. (HERMETO; AMATO; DELLAMORES, 2022, p.39)

com a temática da federalização da escola – tema que será retomado adiante – e, como membro do NHO/LHTP, já tinha o interesse de entrevistá-la para minha dissertação.

Para além da temática central do projeto – o ano de 1968 –, interessava-me investigar as memórias de Eustáquia enquanto estudante Escola de Educação Física de Minas Gerais⁴ (EEFMG) no exato período que eu estudava. Eustáquia vinha do interior de Minas Gerais, de uma família grande, com muitos irmãos. Apesar de ter pais com pouco estudo, Eustáquia relatou que todos os irmão estudaram e que havia uma prática de um irmão ajudar o outro a se formar. Assim, ela começou a trabalhar muito cedo, já com o magistério. E foi como professora em Monte Carmelo, interior de Minas Gerais, que ela começou a se interessar pela educação física. Em 1967, mudou-se para Belo Horizonte para cursar Educação Física Infantil, com duração de um ano. No ano seguinte, iniciou a curso Superior em Educação Física pela mesma instituição, este com duração de três anos.

Enquanto estudante do curso superior, Eustáquia testemunhou exatamente o objeto principal da minha pesquisa de mestrado: a federalização da EEFMG, ou seja, a incorporação da escola à Universidade Federal de Minas Gerais, em 1969. Suas memórias sobre esse período eram de fundamental importância para o desenvolvimento da minha pesquisa. Mas essa entrevista representava alguns desafios. Entre eles, o fato de Eustáquia ser uma pesquisadora do tema e ter sido a primeira a estudar a federalização da EEFMG, tornando-se a principal referência sobre o tema. Sua memória de estudante poderia ser “contaminada” pelas experiências de pesquisadora⁵. Outro desafio era o fato de eu questionar algumas interpretações acerca da federalização, cristalizados na memória do campo justamente pela interpretação que Eustáquia desenvolveu sobre esse episódio em sua tese.

As principais divergências entre a versão defendida por Eustáquia e amplamente difundida por trabalhos produzidos por pesquisadores da história da educação física posteriormente, se referem: 1) à ligação do campo da educação física e os militares⁶, conseqüentemente com a ditadura militar; 2) ao protagonismo dos professores da EEFMG na concretização da incorporação da escola à UFMG. Esses dois pontos servirão como fios condutores para análise da entrevista nos próximos tópicos.

⁴ Antigo nome da atual EEFMG/UFMG.

⁵ O que de fato ocorreu em alguns momentos da entrevista. Cf. Corradi, 2022, p. 218-219.

⁶ Uso militares de forma genérica para me referir àqueles a quem era permitido o uso da força armada, sejam das Forças Armadas Brasileiras, sejam policiais militares, entendendo que estes compartilham de certos valores e estiveram intimamente ligados à manutenção do regime ditatorial que vigorou entre 1964-1985, e por ambas as forças terem relação direta com a educação física e com a EEFMG no período estudado.

A relação entre educação física e militares

A educação física, enquanto campo de conhecimento e disciplina escolar, está intimamente ligada aos militares no Brasil desde sua introdução no país. Esse tema foi estudado pelo antropólogo Celso Castro em um pequeno, porém fundamental, artigo publicado em 1997. Para Castro, haveria estreita relação entre o surgimento dos estados nacionais, a criação dos exércitos nacionais e o desenvolvimento da educação física: “A ideia subjacente sempre foi a de que a ginástica poderia afetar positivamente o estado-nação.” (CASTRO, 1997, p.63). No Brasil, até o final do século XIX não havia uma escola de formação de sargentos. No início do século XX o exército passou por profundas mudanças, devido à sua modernização e profissionalização, fato ocorrido sob influência da Missão Militar Francesa, contratada em setembro de 1919 pelo governo brasileiro exatamente para este fim. A Europa vivia, naquele período, em um cenário dominado pela noção de “Nação em Armas”, e as Forças Armadas seriam vistas como uma de escola de nacionalidade, “já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população, de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional” (*ibidem*, p.62). No século XIX começaram a surgir os métodos ginásticos nacionais e o nascimento da “corrente francesa” foi marcada pelo espírito militar “inscrito na própria concepção geral do método e na estrutura dos exercícios” (*ibidem*, p.63). A Missão Militar Francesa trouxe para o Brasil seus modelos de exército e de educação física, o que fez com que a introdução sistematizada e obrigatória da disciplina no país fosse feita pelos militares:

Esta foi uma iniciativa fundamentalmente militar, fato pouco lembrado e menos ainda estudado. Provavelmente, porque o senso comum contemporâneo relaciona educação física a ideologias de saúde, de lazer ou de esportes. Na primeira metade do século XX, entretanto, a vinculação entre educação física e defesa nacional era muito estreita. A educação física era vista pelo Exército e por amplos setores do Estado e da sociedade civil como uma atividade militar. (CASTRO, 1997, p.62)

No final da década de 1920 a relação entre militares e educação física já estava consolidada, e o Gal. Nestor Sezefredo Passos, então ministro da Guerra, tornou obrigatória a disciplina em todos os estabelecimentos de ensino “federais, municipais e particulares, a partir da idade de seis anos, para ambos os sexos” (*ibidem*, p.64). Para atender à consequente demanda por professores especializados, começaram a surgir os cursos de formação. O primeiro curso superior foi o da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), no Rio de Janeiro, inaugurada em 1933. O primeiro curso civil surgiu em 1939, também na capital federal: a

Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), ligada à Universidade do Brasil (UB), atual UFRJ. Isto não significou, entretanto, a conquista de um modelo desvinculado do militarismo dominante, já que o currículo da ENEFD era baseado no de sua predecessora militar, mantendo a “orientação militar, oriunda do Exército” que era apenas “repassada pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos” (ibidem, p.66). O modelo militar ainda se replicaria, pois seria a base para a maior parte das escolas surgiram a partir de então, como a instituição de Minas Gerais (CORRADI, 2021).

A EEFMG, objeto de estudo e principal interesse nas memórias de Eustáquia, foi inaugurada em 1952⁷ e tinha currículo baseado na ENFED, que, por sua vez, se baseava no currículo da EsFEEEx. Além dessa base militar, havia outro ponto de aproximação entre a nova escola mineira e as forças de segurança: parte significativa dos professores que compuseram o primeiro corpo docente vinha da escola de formação de instrutores de educação física do Departamento de Instrução da Polícia Militar de Minas Gerais (DI/PMMG)⁸. Esses professores, militares do PM mineira, faziam parte do corpo docente por muito tempo e muitos deles chegaram à UFMG com a federalização.

O tema dos professores militares e da relação entre a EF e a caserna obviamente foi por mim explorado na entrevista e rendeu um dos mais marcantes momentos daquele encontro, pelo menos para mim. Questionei-a sobre a experiência de ser uma estudante, mulher, com professores militares. E ela me deu a seguinte resposta:

Então eu acho que tem militares e militares, entendeu? As coisas não são... E tinha outros que são bastante rígidos. Não, talvez, por ser militar. Eu considero mais por ser inseguro, não é? Que, assim, quer mostrar autoridade a partir daquele risco na meia, do short, do calção, um minuto que chegou atrasado “não pode ir para a aula”. Sabe essas coisas? Não é? E... e... o que é interessante... agora que eu estou pensando nesses detalhes (risos), que você me fez a pergunta... é isso. A gente não pode generalizar, entendeu? No caso da minha experiência, não é? Pode ser que outros lugares sejam diferentes. (Sousa, 2018, entrevista)

⁷ Em 1952 foram inauguradas duas escolas de educação física em Belo Horizonte. Uma ligada ao estado de Minas Gerais, outra ligada à Fundação Mineira de Cultura, da Igreja Católica, que viria a forma a PUC/MG. O estado, que até então não possuía nenhuma escola, não apresentava demanda para a manutenção de duas escolas, o que fez a procura por ambas ser muito baixa. Em 1953 um acordo firmado entre o então governador do estado Juscelino Kubitschek e o arcebispos de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, fundiu as duas instituições, mantendo-a ligada pedagogicamente às Faculdades Católicas, mas financiada pelo estado.

⁸ O DI seria usado como espaço para o desenvolvimento de atividades da EEFMG por alguns anos, até a inauguração de sua sede própria, em 1960.

Em sua resposta, Eustáquia parecia não querer atacar particularmente seus antigos mestres militares. Muitos de seus professores foram, posteriormente, seus colegas. Seu ingresso como professora na UFMG se deu exatamente a convite do ocupante anterior da cadeira de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação, o General Olavo Amaro da Silveira, então na reserva de 1ª Classe do Exército Brasileiro. Houve um certo ar de constrangimento por essa aparente defesa e Eustáquia, percebendo esse clima, contou outra história, sem relação com seus professores, para tentar mostrar sua posição acerca dos militares em tempos de ditadura. Segundo Eustáquia, ela teria trabalhado em uma escola que possuía ótima estrutura, mas tinha uma peculiaridade – um vestiário em que todos os chuveiros eram acionados por um único registro. O fato teria resultado no seguinte diálogo entre ela e seu chefe, um general:

“Mas, general, como que o senhor me faz um banheiro que só tem uma torneira, é?” Porque era um padrão único para o Brasil. “Só tem uma torneira, é a maior dificuldade para os meninos tomarem banho”. “Mas, Educação física não é disciplina? (muda a voz para simular o general) Então, tem que ter hora de começar e terminar o banho”. (Sousa, 2018, entrevista)

Em outro momento da entrevista, perguntei sobre o envolvimento dos estudantes da EEFMG com os movimentos estudantis que se tornaram uma marca da resistência à ditadura. Eustáquia destaca que a escola não tinha envolvimento com esse tipo de questão e justifica da seguinte forma:

Acontece o seguinte, é... a nossa escola, ela era muito isolada, não é? Ela ficava sozinha, não articulava com nenhuma faculdade, com ninguém, e ali dentro não se chegava muito esse tipo de discussão às claras, entendeu? Então nenhum professor discutia, então a gente acompanhava, eu acompanhava o movimento que estava acontecendo na engenharia, na FAFICH, das pessoas que eram presas, das invasões, eu via no jornal. Mas isso era tudo muito camuflado. Dentro não se discutia isso. Depois que eu saí da escola que eu fui compreender algumas coisas que aconteciam lá dentro. Por exemplo, acabaram com a ida final de semana que a gente, que final de semana os alunos iam pra lá [para a escola] curtir a piscina como se fosse um clube. De repente, acabou-se com isso, era proibido. E todo mundo falava assim, “ah, o professor Pedro ad’Víncula, ele é um chato, ele não deixa a gente brincar no final de semana”. Mas só depois que eu fui descobrir, inclusive documentos, em que diziam que era proibido. Vinha de Brasília essa recomendação, vinha para as universidades e eu achei... Eu acho que inclusive deve estar na, no CEMEF que eu acho que eu doei para vocês naquelas caixas todas, batia o carimbo grande “confidencial”, “confidencial”, “confidencial”... Era a orientação que vinha de Brasília proibindo encontros, festas, tudo que fosse

possibilidade das pessoas se encontrarem, conversarem e criar articulação política era proibido, tá? Então eu só fui saber disso depois. (Sousa, 2018, entrevista)

A EEFMG era, de fato, considerada uma escola isolada. Apesar de estar pedagogicamente ligada à Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), estava legalmente vinculada e era financiada pelo estado de Minas Gerais, que ainda não possuía uma universidade própria⁹. Mas, em termos “geográficos”, nos primeiros anos da ditadura militar a ideia de uma proximidade física entre os diferentes cursos não era ainda difundida e a concentração das faculdades em *campi* ganhou força somente a partir da Reforma Universitária. Assim, o isolamento não seria suficiente para explicar a falta de envolvimento dos estudantes da EEFMG com os movimentos estudantis que opunham a resistência possível aos desmandos de um regime autoritário. E, mais do que isso, os estudantes da educação física eram retratados, pelos jornais mineiros, “como alunos que frequentam as aulas com dedicação e animação, que representavam a escola com orgulho e que ‘sobretudo, respeitam-na’” (CORRADI, 2021, p.45).

A ditadura militar tinha uma atenção especial para com a educação física e os indícios são abundantes. Em 1969, o Departamento de Educação Física e Desportos (DED) do MEC iniciou um importante trabalho, a pedido do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, para realizar um diagnóstico detalhado das condições gerais do campo no Brasil. O resultado foi publicado na forma de livro, contendo 392 páginas, com o título *Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil*. O material, de distribuição gratuita, foi publicado em 1971 pela Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME). No mesmo ano em que foi publicado o *Diagnóstico*, o DED/MEC pôs em prática outro projeto: a Campanha Nacional do Esclarecimento Desportivo. Vigente durante todo o restante do regime, a campanha tinha como principal objetivo ampliar a prática esportiva de massa no Brasil⁵, sendo uma das principais formas de ação a distribuição de materiais informativos para as escolas, como livretos com as regras de diversas modalidades esportivas. No início dos anos 1970, o professor da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) da UFRJ, Maurício Rocha Leal, deu início ao Projeto Brasil, juntamente com a fundação do Laboratório de Fisiologia do Exercício (LABOFISE) de sua Escola. O modelo desse laboratório foi replicado em várias escolas de educação física, como a de Minas Gerais e a do Rio Grande do Sul, dando início à cientificização do campo.

Além desses projetos, a Reforma Universitária promovida pela ditadura no final de 1968 abriu as portas para a federalização das já mencionadas escolas de educação física mineira e

⁹ A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) só foi inaugurada em 1989.

gaúcha. Esse movimento atendia aos antigos anseios de ambas as escolas e, ao mesmo tempo, traziam para a administração federal duas importantes escolas da estratégica área da educação física. Mas, assim como existe uma tensão em relação à proximidade da educação física com os militares, há também divergências quanto ao caminho percorrido pela EEFMG rumo à incorporação à UFMG.

O protagonismo no caso da federalização

Fundada em 1952, a EEFMG teve dificuldades desde o seu nascimento. Inicialmente pela baixa procura e pela falta de uma sede própria para o desenvolvimento de suas atividades¹⁰. Em 1960 a escola ganhou uma sede nova, construída especialmente para recebê-la. Mas aquela década seria marcada por outras crises financeiras, que intensificaram um desejo já existente de tornar-se uma escola federal. A partir de 1964 a crise se agravou, devido especialmente à eleição de Magalhães Pinto para o governo de Minas Gerais, que tinha um projeto diferente para a educação física mineira¹¹. Sobre esse período há um interessante dossiê intitulado *Situação da Escola de Educação Física de Minas Gerais*, organizado pelo então diretor da escola, Herbert de Almeida Dutra. O dossiê contém 267 folhas e contém documentos diversos como recortes de jornal, ofícios, panfletos, cartilhas, manuscritos, telegramas, praticamente todos relacionados à crise financeira vivida pela escola e a busca pela federalização. A intenção do professor é clara, tanto pela guarda desse material, quanto pela organização do próprio dossiê: a tentativa de inscrever na memória sobre o período, que vai do enfrentamento à crise financeira até a federalização, o seu protagonismo.

O dossiê foi uma das fontes utilizadas por Eustáquia para a construção de sua tese. A pesquisadora também entrevistou o próprio ex-diretor Dutra¹² e outros professores daquela época. Na análise dessas fontes, Eustáquia entendeu que Dutra realmente havia sido um fator determinante para a federalização. Sua versão foi amplamente difundida e defendida por pesquisadores posteriores e no trabalho realizado especificamente sobre este dossiê – o trabalho de conclusão de curso de Mateus Carneiro Martins (2010) – essa versão foi reforçada em tom de versão definitiva.

¹⁰ A escola utilizava as dependências do Minas Tênis Clube, do Departamento de Instrução (DI) da PM e do Colégio Municipal Marconi para a realizar suas atividades.

¹¹ José de Magalhães Pinto (UDN) resolveu investir na finalização do Estádio Minas Gerais – o *Mineirão* –, que hoje leva seu nome. Seu antecessor, Bias Fortes (PSD) tinha boa relação com a EEFMG e vinha investindo na escola, inclusive com a construção da sede própria.

¹² As fitas com as gravações dessas entrevistas fazem parte do acervo do CEMEF/UFMG mas, infelizmente, até o momento não foram digitalizadas e também não foram transcritas.

Em minhas análises para a dissertação de mestrado tive outro entendimento. Levando em conta o contexto da época e outras fontes externas à escola, não é possível determinar que as ações do então diretor levaram o governo a decidir pela federalização. Os anos em que a escola esteve mergulhada em uma crise financeira, foram anos de uma crise financeira muito maior, que atingia a todo o país e deixava em situação de penúria todo o ensino superior do país. Foi o que levou, por exemplo, a UFMG a sinalizar positivamente pela integração da EEFMG em 1968, mas não aceitá-la sem que esta garantisse que poderia se sustentar sem depender daquela universidade¹³. Segundo minhas pesquisas, o contexto de reestruturação geral da educação superior, promovida através da Reforma Universitária de 1968, seria de fato o responsável pela incorporação da EEFMG à UFMG. Segundo a principal lei da Reforma, a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, em seu artigo 10, as faculdades ou escolas isoladas deveriam ser incorporadas às universidades federais de seus respectivos estados. Essa foi a justificativa presente no próprio texto legal que formalizou a federalização da escola. Dessa forma, não havia uma justificativa que atendesse aos anseios daquela escola de maneira singular. Tanto que o Decreto-lei nº997, de 21 de outubro de 1969 federalizou não só a EEFMG, como também outras duas escolas: a Escola de Educação Física do Rio Grande do Sul e a Escola de Serviço Social de Natal.

Em sua entrevista, Eustáquia reconhece que havia um movimento de valorização do esporte e da educação física por parte do governo dos militares, mas manteve a versão de que o movimento dos docentes da escola teria sido determinante para a concretização da federalização:

Então, voltando lá à federalização. Já... a escola andava muito ruim financeiramente. Os professores, como eu falei para vocês, não recebiam... a gente tinha condições difíceis como aluno e tal. Então foi uma festa! Foi uma festa saber que a escola foi federalizada. Nós caímos, todo mundo, na piscina, quando chegou a notícia do que tinha acontecido... e quem fez todo esse movimento final foi o professor Herbert de Almeida Dutra, com o general Olavo, porque ele tinha muito conhecimento no Exército, em Brasília naquele momento. E o professor Sylvio Raso. E quem assinou o decreto era a Junta Militar que governava o país. Então, você vai encontrar lá Aeronáutica, Marinha e Exército. Eram os comandantes que, naquele momento, tinham federalizado a Escola. E, no mesmo dia, foi federalizada a do Rio Grande do Sul. Então, isso fazia parte, então, de um movimento, não é? De trazer a Educação Física, trazer o esporte para o interior das universidades. Com certeza, com aqueles fins que a gente já comentou aqui antes. Mas, para nós, foi uma festa enorme. (Sousa, 2018, entrevista)

¹³ UFMG/SODS – Atas do Conselho Universitário, 1968.

Considerações finais

A escola mineira guardou uma enorme quantidade de fontes históricas sobre o campo em uma organização arquivística de altíssimo nível. O CEMEF/UFMG tem uma estrutura de qualidade ímpar, além de se configurar enquanto um grupo de pesquisa com uma relevante produção acadêmica. O rico acervo que guardam faz com que se alcance uma grande diversidade de temas a serem investigados, provocados apenas pela abundância de fontes que preservam. Porém, apesar de abundantes, as fontes guardadas naquele acervo possuem um traço forte da intencionalidade daqueles que produziram aqueles documentos, principalmente no que se refere à produção institucional de seus órgãos diretores. Tomadas de forma isolada ou somadas às percepções dos próprios produtores daqueles documentos, como parece ter acontecido nas entrevistas com os professores por ocasião da tese de Eustáquia, podem ser produzidas versões enviesadas sobre alguns acontecimentos.

Me parece clara a intenção do professor Herbert Dutra ao guardar e organizar cuidadosamente os documentos que demonstravam seu empenho e até seu sacrifício em prol de uma das maiores conquistas já experimentadas por aquela instituição. Os registros reiterados dessa versão ajudaram a cristalizá-la até o ponto de se tornar praticamente inquestionável, tornando tensa qualquer tentativa de revisitar o tema e propor novas interpretações, como tentei fazer em minha dissertação.

Outro tema delicado é o da vinculação entre educação física e ditadura. Parece já haver um consenso quanto ao fato de a ditadura ter apresentado particular interesse pela área da educação física, promovendo volumosos investimentos na campo e tentando utilizar-se dela para alcançar alguns de seus objetivos. Mas há sempre a tentativa demonstrar que essa afinidade não era recíproca e que a educação física enquanto campo não se alinhou à ditadura. Não é possível, de fato, dizer que todo o campo da educação física ou a maioria absoluta de seus profissionais tenham sido colaboradores da ditadura. Mas, no intuito de reforçar essa não-reciprocidade, há o risco de se tentar desassociar completamente a educação física e os militares. Essa posição gera uma tensão entre os pesquisadores dedicados a esse período sempre que tal relação é citada. E essa tensão pôde ser percebida na entrevista aqui analisada e em outras que analisei em minha dissertação¹⁴.

¹⁴ Em especial a entrevista concedida pelo professor aposentado Emerson Silami Garcia ao CEMEF em 2019, por ocasião do cinquentenário da federalização da escola. Cf. Corradi, 2021, p.133-135.

A entrevista de Eustáquia foi extremamente rica e poderia gerar muitas outras análises, mas meus estudos recentes sobre o envolvimento de militares na educação da sociedade civil ao longo da história me fizeram ter uma atenção especial nas relações entre militares e a educação física, bem como nas tensões que essa relação gera dentro do campo da educação física, especialmente pelas experiências recentes de volta dos militares ao protagonismo político proporcionada pelo governo federal anterior.

Esses são apenas alguns apontamentos iniciais sobre o tema dos militares e sua influência na educação brasileira, que serão desenvolvidas na tese de doutorado em construção. Com esses apontamentos, espero poder levantar o debate acerca desse tema tão importante e tão presente em tempos de militarização da vida civil.

Referências

CASTRO, Celso. In corpore sano – os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. *Antropolítica*, p. 61-78. 1997.

CORRADI, Gabriela Fischer Fernandes. **Incorporação na lei, incorporação de fato:** a Escola de Educação Física na UFMG, entre a resistência e a acomodação (1964-1979). 152 f.: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2021.

CORRADI, Gabriela Fischer Fernandes. 1968 no testemunho e na pesquisa de Eustáquia Salvadora de Sousa: tensões na construção de uma memória sobre a Educação Física. In: HERMETO, Miriam; AMATO, Gabriela; DELLAMORE, Carolina. **E 68, hein?:** performance narrativa em história oral. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022, p.207-230.

HERMETO, Miriam; AMATO, Gabriela; DELLAMORE, Carolina. **E 68, hein?:** performance narrativa em história oral. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

MARTINS, Mateus Carneiro. **Dossiê 'situação da escola':** indícios da crise vivida pela Escola de Educação Física de Minas Gerais na década de 1960. 65 f.: Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar Brasileiro:** cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de. **Meninos, a marcha! Meninas, a sombra!:** a história do ensino da educação física em Belo Horizonte (1897-1994). 265 f.: Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 1994.